

Presidente da Câmara critica Justiça do Trabalho, e juízes reagem

“A Justiça do Trabalho não deveria nem existir.” A tese é defendida em setores do Executivo e do empresariado, mas acaba de ganhar peso institucional com o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele posicionou-se de forma contundente no debate sobre a reforma trabalhista e propôs mudanças mais extremas que o próprio presidente Michel Temer.

Fábio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil/Fotos Públicas



Rodrigo Maia, disse que a Justiça do Trabalho no RJ causou grande estrago ao ramo hoteleiro e de restaurantes. Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

“Apesar de o governo tentar nos convencer que devemos votar o texto que veio, eu acho que não. Acho que há temas em que precisamos avançar, como o trabalho intermitente e outras questões”, disse Maia em evento na capital federal nesta quarta-feira (8/3).

Sem dizer como chegou a esse dado, Maia diz haver um consenso da população brasileira de que o processo de proteção do trabalho gerou desemprego, sendo em grande parte o responsável pelos 14 milhões de desempregados do Brasil.

Resposta da classe

A resposta da classe veio a galope. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) afirmou por nota que as afirmações do presidente da Câmara causam “repulsa” e são um ataque que tem como único objetivo “denegrir” esse ramo do Judiciário.

“Causa repulsa as afirmações do deputado de que a reforma trabalhista encaminhada pelo Governo Federal ao Parlamento seria ‘tímida’ e que a reforma da Previdência não possuiria pontos polêmicos, declarações essas que revelam um profundo desconhecimento dos princípios constitucionais que regem os direitos trabalhistas e sociais, além dos verdadeiros reflexos das propostas para o país”, afirma a Anamatra, em nota assinada em conjunto com o Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecór).

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2ª Região (Amatra-2) também foi a público criticar Maia. Disse que se tratava de uma tentativa de se transferir para a Justiça do Trabalho os

problemas criados pela má-gestão econômica na política.

"Não se pode de forma nenhuma transferir a responsabilidade pela crise econômica, agravada pelo mau gerenciamento do dinheiro público, para os ombros dos trabalhadores e do Poder Judiciário. Os Juízes aplicam a Constituição e as leis vigentes."

Advogados no debate

A Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP) também se manifestou, repudiando as afirmações do presidente da Câmara. Disse que a legislação trabalhista não provoca desemprego e que, "na verdade, isso se deve ao descumprimento das normas de parte dos empregadores de todo o país, que gera o desemprego e os problemas na economia".

Para a entidade, os membros do Legislativo não abordam o problema real na criação de emprego, que é a carga tributária. Sobre os argumentos de que a legislação trabalhista é antiquada, a associação diz que isso é uma falácia. "Na verdade, hoje, apenas 14% do texto original da CLT de 1943 está vigente — ela foi toda reformada nos últimos anos, atualizando-se, além do que teve reconhecimento constitucional na Carta Política Brasileira, de 1988, que pacificou o país por quase 30 anos, unindo os direitos trabalhistas como valores sociais."

Clique [aqui](#) para ler a Anamatra.

Clique [aqui](#) para ler a nota da Amatra-2.

Clique [aqui](#) para ler a nota da AATSP.

Date Created

09/03/2017